



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Ao(a) Secretário(a) de Assistência social e Direitos Humanos (gestão 2017-2020)

ASSUNTO: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CMDPD DURANTE O QUADRIÊNIO 2013-2016

Conforme previsto no capítulo I art.4º do decreto 5296 O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Baseado nesta diretriz o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência vem desempenhando sua função e remetendo ao poder público demandas, sugestões além de fiscalizar, cobrar e reavaliar projetos de relevância social para a sociedade em geral e a Pessoa Com Deficiência.

Durante o quadriênio 2013-2016 o CMDPD logrou muitas conquistas. A primeira delas foi a garantia da paridade entre representantes governamentais e da sociedade civil, permitindo que o conselho assumisse caráter deliberativo.

Uma das primeiras ações no início deste quadriênio foram as discussões para reformulação da Lei 2.138, de 10 de Setembro de 2009, que dispõe sobre a Criação do Conselho, que culminaram na votação e aprovação do novo texto da lei de criação pela Câmara de Vereadores em outubro de 2014.

Foi criado um logotipo para identificação do Conselho.

O conselho lutou pela aquisição de uma secretaria-executiva do CMDPD e um espaço próprio acessível, tendo sido garantido o espaço onde funcionava temporariamente o atendimento ao programa de aluguel social, na entrada da SASDH - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, onde funciona até o presente momento. Através do ofício SASDH (em anexo) foi-nos doado o espaço que funcionará a nova sede no prédio (antigo Muquifo) na Rua Coronel Carvalho.

Durante esse período foi possível aos conselheiros realizarem algumas visitas para capacitação e empoderamento como: participação na reunião do Conselho Estadual de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (CEPDE) cujo assunto foi a apresentação do Programa Viver Sem Limites em 2013; participação no Encontro

Regional dos Conselhos de Direitos da PCD em São Paulo em 2014; participação no II Encontro Regional de inclusão no mercado de trabalho de Rio das Flores, em 2015; participação na Conferência Estadual dos Direitos da PCD em 2015; dentre outras participações.

Humanos da Câmara de Vereadores.

Foi realizado o Fórum de Inclusão da PCD no mercado de trabalho, que constou de reuniões mensais na sede do INSS iniciadas no ano de 2014.

Durante todo o quadriênio o conselho apoiou ações das diversas entidades e secretarias e promoveu ações informativas e de conscientização popular como eventos pelo Dia do Surdo, organizados pela EMES; apoio à Área Técnica da Pessoa com Deficiência nas ações pelo Dia Internacional da PCD; apoio à exposição de artesanato das entidades civis; apoio aos eventos realizados pela CDA - Comissão de Divulgação do Autismo; participação no Dia da Mobilidade Urbana promovida pela Secretaria do Meio Ambiente em 2014; apoio aos eventos realizados pela APADEV; apoio a eventos realizados pela Pestalozzi; dentre outros eventos.

O Conselho trabalhou incansavelmente durante todo esse período pela implantação de projetos tais como:

- Central de Intérpretes - o conselho encaminhou projeto e acompanhado de abaixo-assinado com 600 (seiscentas) assinaturas à Prefeita. Já existe concurso em vigência com vaga para intérpretes de libras.

- Biblioteca Acessível - Há cerca de 3 anos este conselho vem discutindo com a CULTUAR a necessidade de tornar a biblioteca Pública Municipal Acessível. Deste processo saiu um projeto construído com este conselho, o qual teve a aprovação do governo federal;

- Praia Acessível - foi elaborado um projeto juntamente com o conselho municipal de meio ambiente;

- projetos inseridos no Plano Viver Sem Limites, como o CER - Centro Especializado em Reabilitação - Município foi contemplado mas não deu a contrapartida;

- Tentativa de realização de oficina de capacitação junto à Viação Senhor do Bonfim com o tema barreira atitudinal.

- Cobrança de fiscalização de obras de construção e reforma de unidades públicas que não atentam para normas técnicas de acessibilidade da ABNT na sua execução.

Durante todo o ano de 2015 o conselho lutou pela causa do CEMANEE, realizando

visitas técnicas, reuniões com responsáveis pelo projeto, elaborando relatório sobre a situação e enviando ofícios de cobrança aos setores competentes, sem que lograsse resultado positivo. No momento atual o prédio está sendo depredado, fato já constatado pela sociedade e divulgado em jornal.

Foram discutidas questões essenciais como a manutenção da Secretaria-Executiva do CMDPD (principalmente porque a atual presidência é composta por pessoas com deficiência visual e física) as quais demandam soluções para as barreiras que impedem a atuação no exercício de suas funções com autonomia; a evasão e/ou troca aleatória dos conselheiros representantes do governo quando estes são referências de atuação com PCD; a inclusão da PCD nos cursos oferecidos pelo Pronatec; o cumprimento da Lei 412/91 que garante o acesso na ocupação de cargos públicos, por meio de concurso público, às pessoas com deficiência; o Programa Minha Casa Minha Vida; aposentadoria da PCD; participação com ideias para o Projeto Nossa Cidade (envolvendo temas como acessibilidade, mobilidade urbana, dentre outros); questões de acessibilidade ao trabalho para o desempenho das funções pelo servidor público municipal que possui alguma deficiência; participou junto com a gerência do INSS das discussões relativas ao projeto "Previdência Portas Abertas"; BPC Escola; fluxo para aquisição do passe livre; dotação orçamentária dos conselhos.

Uma das mais importantes ações foi a realização em 2015 da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi a segunda conferência já realizada pelo conselho desde sua criação. A realização desta conferência ensejou a oportunidade de avaliar as deliberações da primeira conferência que ocorreu em 2008, quando se observou que desde essa época poucos avanços ocorreram no município em relação aos direitos da PCD. As deliberações da segunda conferência geraram um relatório que foi entregue a todas as secretarias municipais e também à Presidência da Câmara dos Vereadores e à Comissão de Assistência Social e dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher, dos "Portadores de Necessidades Especiais" e dos Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. As deliberações foram publicadas no BO do dia 14 de agosto de 2015. Duas moções de repúdio foram apresentadas e aprovadas por unanimidade, uma em relação à implantação da Central de Intérprete e outra em relação ao Centro Especializado em Reabilitação - CER.

Durante todo o quadriênio muitos problemas foram levantados relacionados à assistência à PCD em todos os âmbitos, como: a questão da não identificação estatística das notificações da violência à PCD; a dificuldade do acesso a órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção; a dificuldade do acesso à assistência em saúde pela pessoa surda; bem como do acesso à consulta com oftalmologista pela pessoa cega; questões relacionadas à dificuldade da inclusão escolar (falta de mediadores; profissionais pouco capacitados; falta de equipamentos); a ausência quase absoluta de profissionalização para a PCD adulta e de inclusão no mercado de

trabalho; a falta de paridade na convocação de PCD aprovados no concurso público; a incipiência do serviço de reabilitação; a falta de acessibilidade nas ruas, em prédios públicos e particulares; a falta de alguns insumos dispensados pela FuSAR como medicamentos, fraldas, etc; dificuldades para aquisição do passe livre a não observância da nova lei municipal 3538 de 29/06/2016; dentre outros problemas.

O tema que tem sido no momento mais relevante é a defesa da implantação da coordenadoria que está em andamento através de documento em posse da procuradoria (documento em anexo). Considerando a proposta orçamentária apresentada na audiência pública realizada no dia 13/12/2016 na câmara, identificamos que está previsto orçamento para assistência ao "portador de necessidades especiais" pag.9 do (PPA)2014-2017 no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e a (LOA 2017) pag. 58, especifica que do valor referente ao fundo municipal de Assistência Social -FMA, R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) são destinados ao serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência.

Este conselho deseja discutir as propostas do novo governo para aplicação destes recursos, mas desde já entendemos que a ausência de um setor próprio para pensar este público-alvo (no caso a coordenadoria) tem gerado a invisibilidade e morosidade nas ações; o descumprimento das leis (de acessibilidade; lei brasileira de inclusão e outras específicas); a falta de interlocução do conselho com a SASDH e outros órgãos do setor público que também não apresentam setor específico e sequer pessoa de referência no trabalho, o que no nosso entendimento torna o Município de Angra dos Reis um violador dos direitos da Pessoa com Deficiência estando por esta razão o Ministério Público ciente destes descumprimentos e atualmente em processo de investigação.

Cumpre-nos apresentar ao novo governo nossas considerações e desejar que possamos conseguir atingir plenos resultados.

Angra dos Reis. 15 de dezembro de 2016



Paulo Henrique Gomes
Presidente do CMDPD



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Angra dos Reis, 02 de janeiro de 2017

OFÍCIO N°003/CMDPD/2017

À lima. Sra. Secretária de Ação Social e Direitos Humanos, Célia Jordão Prezada,

O objetivo deste ofício é anexar o documento que trás as demandas da sociedade civil que ficou pendente ao Relatório das Atividades do CMDPD durante o quadriênio 213-2016 entregue em 20/12/2016 a ser encaminhado a Secretária de Ação social e Direitos Humanos da gestão 2017-2020. Oportunamente, vimos solicitar que sejam indicados os nomes de dois conselheiros (suplente e titular) para compor a representação do governo no CMDPD.

Desde já, agradecemos a atenção e apoio.

Atenciosamente,

Paulo Henrique Gomes
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Pessoa com Deficiência

Recebido
em 03/01/2017
Jucineide

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM O PÚBLICO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(SOCIEDADE CIVIL) - representação incluída na nova redação da Lei de criação do CMDPD
Betania Neves Sampaio (assistente social/INSS) Titular
Miquilina Maria F. Ribeiro (assistente social/ SECT) suplente

Nossa representação é muito ampla e o principal desafio vem sendo o de acessar e ser acessado pelos profissionais os quais devemos representar.

Em 2016 decidimos realizar reuniões descentralizadas por territórios e assim nos aproximarmos dos que atuam em várias áreas e funções. Com essa descentralização temos como objetivo inicial nos apresentarmos, informar sobre o CMDPD e criar canais de comunicação que nos aproximássemos dessa nossa base e com isso recebêssemos as demandas.

Conseguimos nos reunir com médico, pedagogo, fisioterapeutas, assistente social do Parque Mambucaba contudo devido ao contexto social, político e financeiro vivido por todos este ano não demos conta dos demais territórios. Almejamos fazê-lo no próximo ano.

Quais as demandas que temos defendido.

- Melhoria das condições de trabalho dos servidores, o que inevitavelmente se constitui na melhoria de acessibilidade para as pessoas que atendemos (acessibilidade física, atitudinal, comunicação);

- Garantia de recursos para que se possa desenvolver o trabalho no sentido da garantia do direito

dessa população-alvo de nossas ações (orteses, próteses, medicamentos, material de informação adaptado aos deficientes visuais, surdos e Deficientes intelectuais, inclusão e/ou aumento de vagas nos serviços de convivência social e familiar, estruturação dos serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia do NASF e ambulatórios nos territórios para atendimento com qualidade e eficiência)

- Cobrança de fiscalização para cumprimento das normas de acessibilidade nas obras públicas e particulares de prédios, calçadas, ruas, vias de acesso como escadarias e rampas.

- Capacitação em serviço para os profissionais que atendem pessoa com deficiência. Curso de libras, braille, informações sobre como lidar com DI, autista, cegos...

- E principalmente na discussão continuada, persistente, de garantir que o CMDPD tenha condições de exercer o controle social com autonomia, respeito, estrutura física, material e financeira para os conselheiros com deficiência e as pessoas com deficiência que o demandam.

Angra dos Reis, 07 de dezembro de 2016